



Educar para separar e educar para unificar: A tônica racial dos propósitos de educação no moçambique colonial (1930-1974) e pós-independente (1974-1985)

Educating to separate and educating to unify: The racial tonic of the purposes of education in colonial mozambique (1930-1974) and post-independent (1974-1985)

Sontina Benjamim Bero¹

Agostinho Viana Lima²

Resumo: A educação foi sempre vista como umas das ferramentas-chave de promoção do desenvolvimento ou do bem-estar dos povos. Daí que, a Constituição da República de Moçambique prevê a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos. Nestes moldes, a educação perde a tônica racial oculta nos seus propósitos no período colonial e pós-independência. Neste artigo, procuramos através da consulta bibliográfica, desvelar a tônica racial camuflada nos propósitos de educação no período colonial e pós-independência. Este exercício levou-nos a perceber que, os propósitos da educação sempre expressaram os propósitos político-ideológicos dos governos do dia, em que, no período colonial, era de garantir a hegemonia do branco e, no pós-independência, consciencializar a população nativa/negros dos pecados do colonialismo e uni-los contra o domínio ocidental. Com isso, depreende-se que a educação, tanto no período colonial quanto na pós-independência, serviu de instrumento de mobilização da noção racial, com vista a separar a população negra (nativos) da branca (portugueses), no Moçambique colonial, e unificar os negros contra os brancos, no Moçambique pós-independente.

Palavras-chave: Educação, relações raciais, divisão e unificação

Abstract: Education has consistently been seen as a key tool for development promotion and people's wellbeing. In view of this fact, the Mozambique Republic Constitution forecast education as a basic right to all the citizens. In these terms, education loses the racial tonic concealed in its purpose in colonial and post-colonial times. In this article, we research, through literature review, with purpose of unfolding the racial tonic concealed in education purposes in colonial and post-colonial times. This exercise leads us to understand that the purpose of education always expressed the political-ideological project of the reigning government (in colonial time) to ensure the white hegemony and (post-colonial) to raise consciousness of the native/black people of colonialists transgressions and gather against the occidental supremacy. With this, we understand that the education, in colonial and post-colonial time, served as a tool of racial concept mobilization to separate the black (native) of the white people (Portuguese), in the Mozambique colony, and gather the black against the white people, in the post-independent Mozambique.

Keywords: Education, racial relation, separation and unification.

1 Escola Primária Completa de Noassa.

2 Universidade Rovuma – Extensão de Niassa, Moçambique.

1. Introdução

A educação foi sempre vista como umas das ferramentas-chave de promoção do desenvolvimento ou bem-estar dos povos. É por essa razão que, “desde a sua independência, o Governo de Moçambique tem considerado a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos e essencial para a redução da pobreza e do desenvolvimento do país”³. Em Moçambique, a educação enquanto direito e dever de todos os cidadãos está consagrado na Constituição de Moçambique, revista em 2004. De igual modo, a Constituição abrange o direito à igualdade e afirma que nenhuma discriminação será permitida por motivos legislativos, políticos, económicos ou sociais.⁴

Não obstante, a história de Moçambique revela que a educação esteve sempre ao serviço dos propósitos político-ideológicos, cujas bases encontram explicitamente fundamento nos sentimentos e relações raciais entre o colonizador (“o europeu”, “o branco”, “o opressor”) e o colonizado (“o africano”, “o negro”, “o oprimido”) que marcaram os períodos colonial e pós-independência.

Nessa ordem de ideias, a educação configurou-se simultaneamente numa camuflagem e ferramenta de legitimação do racismo ocidental (presente nos discursos paternalista do branco) e do racismo anti-racista do africano (presente nos discursos de consciencialização e unidade dos povos africanos/negros). Através da obra de Gasperini⁵, *Moçambique: educação e desenvolvimento rural*, foi possível captar estes discursos nos trechos abaixo:

O olhar do opressor! [grifo nosso]

A colonização é o método para levar a civilização do fogo de onde ela resplandece até às regiões que vivem na anarquia e na violência e que têm necessidade absoluta que ela ali chegue para apaziguar ódios e rebeliões, como um arco-íris num céu escuro de tempestade. [...] A colonização requer a coesão destes três factores: político, económico e educativo.

Os graves problemas que afligem hoje Moçambique têm raízes profundas nos cinco séculos de colonização portuguesa. [Que significou] [...] distorção e destruição de processos delicados sócio-económicos e culturais locais e obstáculo a um desenvolvimento posterior ligado às necessidades da população. A divisão social do trabalho encarnou-se na divisão entre raças, contrapôs colonizados e colonizadores e fez com que o desenvolvimento de uns se transformasse na negação do desenvolvimento de outros. A mesma dinâmica caracterizou a história política, económica, social e cultural do país.⁶

3 MINEDH. *Revisão de Políticas Educativas de Moçambique*. Maputo: MINEDH/UNESCO, 2019.

4 MINEDH. *Revisão de Políticas Educativas de Moçambique*. Maputo: MINEDH/UNESCO, 2019.

5 GASPERINI, Lavinia. *Moçambique: educação e desenvolvimento rural*. Roma: Edizioni Lovoro/Isco, 1989.

6 GASPERINI, Lavinia. *Moçambique: educação e desenvolvimento rural*. Roma: Edizioni Lovoro/Isco, 1989.

A partir desses discursos, denota-se que a educação em Moçambique, no período colonial e pós-colonial, passa a estar ancorada aos propósitos políticos-ideológico de segregar o negro/indígena para coloniza-lo e, unificar e consciencializar o mesmo para descoloniza-lo.

Ao refletirmos sobre os propósitos da educação em Moçambique no período colonial e pós-colonial, pretendemos descamufiar a tônica racial patente nos discursos político-ideológico vigente nessas épocas.

2. Estado novo português: a ideologia salazarista-eurocêntrica e os propósitos da educação

Na década de 30, com a promulgação do Acto Colonial, a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Constituição, as coloniais portuguesas testemunharam a formação do Estado Novo Português, apelidado por Pimenta⁷ por “ideologia salazarista”, que para além de exaltar o “espírito (histórico, nacionalista, civilizador) português [,] respondia, na conjuntura, à necessidade de ordem na administração e governo das colónias”⁸. Nessa altura, o ideal imperialista era de que: “[A] presença de Portugal em África, [...] seria assegurada por um processo de colonização intensiva, fixando nela a nossa raça, que daria aos territórios do ultramar um cunho bem português”⁹.

Dessa forma, de acordo com Sousa¹⁰, o pensamento colonial português foi imbuído pelo ideal imperialista que procurava, por um lado, defender os “direitos históricos” de soberania sobre os territórios africanos e, por outro, “construir um império económico e moralmente forte”¹¹. Com efeito, “a relação que se estabeleceu foi de uma dominação imposta por uma minoria (portuguesa) exterior àqueles territórios [...] numa lógica de superioridade, numa ação modificadora que se assumia como civilização dominante”¹² e caracteriza-se “pela exploração indiscriminada de matérias-primas, [mantida] através da força”¹³.

7 PIMENTA, Fernando Tavares. A ideologia do Estado Novo, a guerra colonial e a descolonização em África. In Nunes, João P. Avelãs; Freire, Américo (Coord.) *Historiografias portuguesa e Brasileira do Século XX: Olhares cruzados*. Portugal: POMBALINHA.

8 SILVA, António E. Duarte. *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa (C. 1914 – 1974)*. Portugal: Imprensa de História Contemporânea, 2018.

9 ALEXANDRE, Valentim. Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. *Análise Social*, xxviii(123-124), 1117-1136, 1993.

10 SOUSA, Fernando. *O nacionalismo africano no caminho para a democracia: a transição do poder colonial para o partido único nos PALOP*. Lisboa: Cesa, 2013.

11 Idem.

12 Ibidem.

13 GASPERINI, Lavinia. *Moçambique: educação e desenvolvimento rural*. Roma: Edizioni Lovoro/Isco, 1989.

Para assegurar a hegemonia do império português sobre os povos nativos, o Estado Novo Português veio solidificar a estrutura social, na qual a cultura ocidental (portuguesa) era tida como referência. Desta forma, os **portugueses** encontrava-se no topo dessa estrutura social, os “**assimilados [grifo nosso]**, uma pequena minoria que tinha supostamente adotado um modo de vida essencialmente português, e **indígena [grifo nosso]**, que formavam a vasta maioria da população africana”¹⁴. Nessa perspectiva, Pimenta¹⁵ refere que:

A ideologia salazarista no âmbito colonial foi marcada por outras ideias de carácter rácico [...] que valorizavam as chamadas “diferenças biológicas” entre raças, estabelecendo uma hierarquia racial entre grupos somáticos distintos. Em concomitância com o que se passava no resto da Europa, o racismo adquiriu uma espécie de estatuto político [...] na estruturação da ideologia colonial do Estado Novo nas décadas de 1930 e 1940, ou seja no momento de máxima afirmação imperialista do nacionalismo português na sua versão “estado-novista”.¹⁶

Nessa estrutura, o indígena não dispunha de algum tipo de direito de cidadania diferentemente do não indígena (o assimilado e o branco). Não obstante, Mondlane mostra claramente a falsidade da afirmação de que os assimilados estavam em posição de igualdade em relação aos brancos, [isto porque] para ter direito a qualquer privilégio, o assimilado tinha que trazer sempre consigo o cartão de identidade.¹⁷

Este processo de estruturação social, foi acompanhado pela introdução de um modelo de ensino “que visava uma reprodução da exploração e da opressão, uma educação de segregação racial”¹⁸. Nessa ordem segregacionista, Gasperini afirma que “Se para os brancos, filhos dos colonos, o percurso escolar era de 11 anos (4 de escola primária e 7 de liceu), para os pretos era de 14 [e] deviam frequentar antes do ciclo primário, 3 anos de “ensino de adaptação” (também chamado “ensino rudimentar”)¹⁹. Para este autor, este processo constituía mais um obstáculo à sua escolarização, uma vez que “ler, escrever e contar” era o que a escola podia dar aos indígenas”²⁰.

14 SUBUHANA, Carlos. *Moçambique: Reflexão sobre a questão do nacionalismo e da cidadania*. 2004. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/281465152_Mocambique_Reflexao_sobre_a_questao_do_nacionalismo_e_da_cidadania. Acesso em 23/04/2021.

15 PIMENTA, Fernando Tavares. A ideologia do Estado Novo, a guerra colonial e a descolonização em África. In Nunes, João P. Avelãs; Freire, Américo (Coord.) *Historiografias portuguesa e Brasileira do Século XX: Olhares cruzados*. Portugal: POMBALINHA.

16 Idem.

17 SUBUHANA, Carlos. *Moçambique: Reflexão sobre a questão do nacionalismo e da cidadania*. 2004. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/281465152_Mocambique_Reflexao_sobre_a_questao_do_nacionalismo_e_da_cidadania. Acesso em 23/04/2021.

18 QUIMUENHE, Ancha. História da educação moçambicana no século xx: lei 4/83 e 6/92 do sistema nacional de educação. *RCE*, v.3, 2018. Disponível em <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/52>. Acesso em 18/04/2021.

19 GASPERINI, Lavinia. *Moçambique: educação e desenvolvimento rural*. Roma: Edizioni Lovoro/Isco, 1989.

20 QUIMUENHE, Ancha. História da educação moçambicana no século xx: lei 4/83 e 6/92 do sistema nacional de educação. *RCE*, v.3, 2018. Disponível em <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/52>. Acesso em 18/04/2021.

Mazula²¹ defende que, em 1930, foi criado o Diploma Legislativo no 238 de 17 de maio (uma justificação para a separação de tipo de ensino e objetivos de cada ensino) com:

- **Um subsistema oficial** - destinado aos filhos do colono e assimilado, que visava dar a criança instrumentos fundamentais de todo o saber e bases da cultura geral, preparando-o assim para a vida social.
- **Um sistema indígena** – para os nativos que tinha por fim eleva-los gradualmente da vida selvagem para a vida civilizada dos povos cultos. Em 1930 este ensino passa a estar á cargo da Igreja Católica, através do Diploma Legislativo nº 238, de 17 de maio.

No entender de Zimbico²², esta configuração do sistema de ensino colonial apenas excluía, discriminava e perpetuava a dominação racial dos colonos sobre os nativos.

Na verdade, verificou-se que o sistema de ensino colonial português configurou-se como um instrumento cujo papel consistia na legitimação e perpetuação da divisão racial (entre o indígena e o europeu) enquanto estratégia da denominada política de “Dividir para Reinar”, ou seja, de dominação dos povos nativos.

A respeito disso, Bomfim²³ revela que as políticas administrativas coloniais, inicialmente compreendidas como “política indígena” (termo utilizado como sinônimo de africano), estiveram fundadas em uma crença de superioridade racial e espírito paternalista, visando garantir a manutenção e consolidação do poder colonial.

Por exemplo, “a justificativa utilizada pelos europeus era sempre a mesma, os benefícios que a imposição da administração e exploração colonialista alcançaria para [...] os povos: os colonizados recebendo a civilização e os colonizadores fazendo-a se desenvolver ainda mais”²⁴.

É por essa razão que, assumimos junto com Fanon²⁵ que o racismo no sistema colonial esteve atrelado a uma forma mais explícita e brutal de exploração e, com o aperfeiçoamento dos meios de produção houve uma camuflagem do racismo assim como das técnicas de exploração do homem. Com isso, depreende-se que o sistema de educação no período colonial não isentou-se da questão racial que, para além de procurar “garantir a supremacia dos brancos”²⁶, configurou-se também como um instrumento de legitimação da “opressão sistematizada de um povo”²⁷.

21 Idem.

22 ZIMBICO, Octavio Jose. História, política e educação: o novo modelo de escolarização primária em Moçambique. *Educação*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 67-76, jan.-abr. 2019.

23 BOMFIM, Edcarlos R. O colonialismo português em Moçambique segundo Eduardo Mondlane. *IV Congresso Internacional sobre culturas. Memória e Sensibilidade: Cenários da Experiência Cultural Contemporânea*, Cachoeira – Bahia – Brasil, 21, 22 e 23 nov/2018.

24 Idem.

25 Ibidem.

26 Ibidem.

27 Ibidem.

3. Luta de libertação colonial: a emergência da ideologia nacionalista - afrocêntrica

No período colonial, parte da população moçambicana foi afectada pelo trabalho migratório. No estrangeiro, estes moçambicanos estavam expostos a várias formas de participação política e, muitos destes, acabaram por envolver-se activamente nas questões políticas dos países de acolhimento. Em consequência disso, observou-se, nos anos 60, a emergência, nesses países, dos primeiros movimentos nacionalistas moçambicanos:

- *União Democrática Nacional de Moçambique* (UDENAMO) fundada em Bulawayo (actual Zimbabwé);
- *Mozambique African National Union* (MANU) no Quênia e Tanzânia;
- *União Nacional Moçambicana Independente* (UNAMI) constituída no Malawi.

Em 1962, sob a influência de Julius Nyerere (Presidente de Tanzânia) e Kwame Nkrumah (do Gana) defensores do movimento Pan-Africano, deu-se a unificação destes três movimentos nacionalistas que resultou na criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), presidida pelo Professor Eduardo Chivambo Mondlane que, na altura, era professor na universidade de *Syracuse* e funcionário das Nações Unidas.

No entanto, foi em 1964 que se desencadeou a luta amada, ou seja, marcou-se o início da pré-insurreição. Na altura, “guerrilheiros da FRELIMO, vindos da Tanzânia e que tinham recebido treino militar na URSS e na China, entraram clandestinamente no país e começaram a preparar os distritos (hoje províncias) de Cabo Delgado e de Niassa para a insurreição militar”²⁸.

De acordo com Cambinda²⁹, a ação mítica da FRELIMO tida pela própria organização como a marca do início da luta armada, deu-se na noite de 25 de Setembro de 1964. Segundo este autor, a luta armada foi pouco a pouco se estendendo por todo o território moçambicano e, quando isso acontecia, era o Comandante em Chefe (Samora Machel) que se pronunciava dando a conhecer mais uma das suas estratégias para derrubar o colonizador português. Foi por essa razão que:

O comando português compreendeu o enorme avanço da FRELIMO em 1972, muito tarde, quando outras circunstâncias já o impediam de traçar a adequada estratégia de oposição à sua penetração no coração do território, tanto mais que

28 CAMBINDA, Jorge Artur Avelino. Nacionalismo e Nação em Moçambique. 2014 Monografia (Bacharelato em Humanidade) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2014.

29 Idem.

Portugal enfrentava uma guerra em três territórios (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), mobilizando cerca de 170.000 homens”.³⁰

Dado o apoio popular que a FRELIMO detinha, combinado com a fraca capacidade interventiva do exército português face as incursões deste movimento nacionalista, o triunfo da FRELIMO era quase que inevitável.

Um sonho tornado realidade a 7 de Setembro de 1974 aquando da assinatura dos Acordos em Lusaka, capital da Zâmbia, sobre a Independência Nacional e o cessar-fogo entre a FRELIMO e o Governo Provisório Português. Um acto que passou a denominar-se por “Acordos de Lusaka”. Não obstante, tentativas de sabotagem do governo da FRELIMO não deixaram de existir, porém, sempre combatidas.

Segundo Cambinda³¹, a 20 de Setembro de 1974 tomou posse o Governo de Transição, composto por representantes da Frente e do Governo português, cujas tarefas consistiram em alargar o domínio da FRELIMO pelo território e em estruturar o poder popular. “No Tofo, o Comité Central, reunido, aprovou a constituição da República Popular de Moçambique e designou Samora Machel como Presidente da República”³².

Em 25 de Junho de 1975, é proclamada a Independência Nacional de Moçambique e, finalmente, a FRELIMO consagra-se vitoriosa desse longo e árduo processo de descolonização. Imbuído de ideias nacionalistas e de unidade, em 1977, governo da FRELIMO procedeu com a nacionalização de todos os bens e serviços em todo o território moçambicano, o que culminou com a expulsão dos portugueses e indianos que encontravam-se a residir e a trabalhar em todo solo pátrio.

Foi na sequência dessa política nacionalista que “em 08 de Março de 1977, num encontro que reuniu estudantes, professores e quadros da educação em Maputo, Samora Moisés Machel apelava à necessidade destes estudantes interromperem os seus estudos para assegurarem os sectores vagos, pois que a pátria chamava por eles”³³.

O nacionalismo consistiu na unificação dos moçambicanos em todo o território na construção de uma nação livre da dominação ou qualquer forma de exclusão social e económica, visto que “a mais específica fonte de unidade nacional de Moçambique é a experiência comum do

30 Ibidem.

31 Ibidem.

32 Ibidem.

33 NAMUHOLOPA, Óscar M. F. A tentativa de construção do Socialismo em Moçambique: retrospectivas de um passado presente. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, v.5, n.2, p. 40-59, Ago./Dez., 2016.

povo no “sofrimento”, durante os últimos cem anos do controle colonial português”³⁴.

Durante o trabalho forçado nas grandes plantações de sisal; durante a roçagem nas florestas densas para o plantio do algodão, durante a colheita de algodão em conjunto, enfrentando a labuta e carregando os pesados fardos de algodão por centenas de quilômetros até aos centros de mercado, monopolizado pelo português “branco”, colonialista por excelência e pelas companhias concessionárias estrangeiras; enquanto suavam juntos, algumas vezes com sangue, cultivavam amendoim, cana-de-açúcar e chá, carregando e descarregando cargas destes produtos e de maquinarias pesadas dos navios transoceânicos para os trens, ou vice-versa tudo em benefício dos portugueses, sul-africanos, rodesianos, europeus e americanos brancos.³⁵

Mais adiante, Cambinda³⁶ acrescenta que o espírito nacionalista nasceu da experiência comum de tentar escapar das prisões portuguesas, do trabalho forçado, da palmatória e das perseguições políticas. Ademais, Negrão³⁷, realça que numa lógica de legitimação do propósito independentista a propaganda da FRELIMO declarava a aniquilação do preconceito racial como um dos seus objetivos. *“Nós, moçambicanos, não podemos continuar a suportar tal humilhação. O branco não pode abusar da nossa mãe negra; ela é dona de Moçambique, tem direito à vida”*.³⁸

É nessa ordem de ideias que, Oloruntimehin³⁹ olha para a consciência racial como sendo a base do desenvolvimento do nacionalismo enquanto busca da soberania e da independência. Este entendimento ganha sustentação nos estudos de Domingues⁴⁰ e de Munanga⁴¹, que dão-nos a entender que a ideologia nacionalista assumida pelo Governo da FRELIMO esteve ancorada aos movimentos “Pan-africano” e “Negritude”, que apesar de nascerem em épocas e contextos históricos diferentes, tiveram “algumas convergências em termos político-ideológico e linhas de ação”, ao afirmarem que, “todos os africanos tinham uma civilização comum e que todos os africanos deviam lutar juntos”⁴². Ou seja, clarifica Munanga⁴³, que o regime colonial deveria ser combatido em conjunto e não isoladamente.

34 CAMBINDA, Jorge Artur Avelino. Nacionalismo e Nação em Moçambique. 2014 Monografia (Bacharelato em Humanidade) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2014.

35 Idem.

36 Ibidem.

37 NEGRÃO, Sofia de Meneses S. M. A questão da “raça” no discurso anticolonial da FRELIMO (1962-1975). 2020. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2020.

38 Idem.

39 OLORUNTIMEHIN, B. Olatunji. A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935. In: UNESCO; MEC; UFSCar. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

40 DOMINGUES, Petrónio José. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, v.24, n.26, 193-210, 2002.

41 MUNANGA, Kabengele. Pan-Africanismo, Negritude e Teatro Experimental do Negro. *ILHA*, v.18, n.1, p.107-120, 2016.

42 Idem.

43 Ibidem.

Note-se que, conforme sugere Margarido⁴⁴, a negritude por ser um conceito multifacetado deve ser entendido em diferentes contextos:

No terreno político, negritude serve de subsídio para a ação do movimento negro organizado. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana.⁴⁵

Especificamente, Albert Franklin⁴⁶, através do exame das teses de Sartre, estabeleceu os seguintes pontos de articulação da doutrina da negritude:

- Racismo anti-racista
- Sentimento do coletivismo
- Ritmo
- Concepção sexual
- Comunicação com a natureza
- Culto dos antepassados

Contudo, denota-se que, à semelhança das políticas administrativas coloniais, a nacionalismo em Moçambique fundou-se em uma crença racial anti-racista camuflada nos discursos de inclusão, ou seja, de unidade nacional que forjaram os valores e os princípios que orientaram a educação nos Centros Pilotos (criados durante a luta de libertação nacional) e o Sistema Nacional de Educação (após a independência).

É por essa razão que, Parede⁴⁷ defende que por mais opostas que tenham sido suas opções políticas, ambas as visões sobre a África – das teses colonialistas eurocêtricas às teses nacionalistas e afrocêtricas – tocam-se num ponto nevrálgico: a mobilização da noção racial.

Nesta perspectiva, com o nacionalismo, a FRELIMO não pretendia apenas combater o regime colonial português mas também o “branco” (aquele que tinha a cidadania portuguesa e indiana), o que, em termos práticos, culminou com a expulsão (em 1977) destes do país.

44 MARGARIDO, Alfredo. *Negritude e humanismo*. 1ª ed. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1964.

45 DOMINGUES, Petrônio José. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, v.24, n.26, 193-210, 2002.

46 MARGARIDO, Alfredo. *Negritude e humanismo*. 1ª ed. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1964.

47 PAREDES, Marçal de M.. A construção da identidade nacional moçambicana na pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Anos 90*, v. 21, n.40, p. 131-161, dez 2014.

4. Zonas libertadas: a educação voltada para a formação do “homem novo”

Ciente do carácter segregacionista “racial” do sistema de ensino colonial português, no período de Luta armada de Libertação Nacional, a FRELIMO procedeu com a abertura de escolas nas chamadas zonas libertadas⁴⁸, onde o ensino esteve mais centrado na alfabetização e educação de adultos. Não obstante, Costa⁴⁹ revela que, na medida em que as condições nas zonas libertadas de Moçambique iam ficando estabilizadas, os serviços eram progressivamente relocados, facto que levou Panzer⁵⁰ a designar tais zonas de “proto-Estado”. Com esse processo de realocação dos serviços verificou-se nessas zonas um crescimento exponencial de escolas primárias em detrimento das secundárias.

Quando foi fundada em 1962 a FRELIMO, através do seu programa político-militar, empenhou-se em criar uma Escola Primária Moçambicana “concebida como espaços organizados, de educação do homem novo, socialista que, no seu pensamento, mas sobretudo no seu comportamento, interioriza os princípios do povo e da revolução, pois, será esse homem que constituirá o socialismo”⁵¹.

Nas escolas das zonas libertadas, os alunos para além de estudarem, dedicavam-se a diversas atividades, como: agrícola, artesanal, alfabetização de adultos e treinos militares. Gasperini⁵² dá a entender que, dada a tamanha necessidade da FRELIMO de ensinar/instruir a população, “os professores chegam a ter a diferença de um ano de escolaridade com os alunos, baseado no princípio de que “quem tinha estudado devia ensinar aquilo que sabia a quem ainda o não tivesse podido fazer”⁵³.

Nessa ordem de pensamento, Gómez⁵⁴ advoga que as escolas nascidas da luta de libertação nacional deveriam formar o homem moçambicano, livre da opressão e de alienação colonial, capaz de recuperar individualmente e coletivamente a sua história e dignidade.

Assim, depreende-se que, com a criação de Centros Pilotos a FRELIMO dava início a uma segunda luta que consistia na criação do “Homem Novo”, uma crença que marcou claramente o

48 As *zonas libertadas*, de acordo com Zimbico (2019), constituíram as primeiras zonas livres da administração colonial durante a luta de libertação nacional, onde a Frente de Libertação de Moçambique conquistava e impunha sua ideologia, foram uma espécie de laboratórios onde “a prática produzia a teoria e essa mesma melhorava a prática.

49 COSTA, Catarina Antunes. O Instituto Moçambicano e o Estado Social dentro da FRELIMO. 2018. Tese (Doutoramento em História) - Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2018.

50 Idem.

51 ZIMBICO, Octavio Jose. História, política e educação: o novo modelo de escolarização primária em Moçambique. *Educação*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 67-76, jan.-abr. 2019.

52 GASPERINI, Lavinia. *Moçambique: educação e desenvolvimento rural*. Roma: Edizioni Lovoro/Isco, 1989.

53 Idem.

54 GÓMEZ, Miguel Buendia. *Educação moçambicana: História de um Processo (1960-1984)*. Maputo: Livraria Universitária, 1999.

panorama político-ideológico, sobretudo a educação, no subsequente período socialista ou pós-independência.

É nessa perspectiva que, Gonçalves⁵⁵ argumenta que era preciso, através da educação, substituir o “velho” pelo “novo”. Nessa ordem de pensamento, “era “velho” tudo que era colonial, burguês e capitalista; E “novo”, tudo o que tinha a ver com o socialismo, o que era moderno e longe das características do “velho”.⁵⁶

Desta forma, Costa⁵⁷ afirma que a educação revestia-se de uma importância vital, com a FRELIMO a utilizar os jovens estudantes enquanto divulgadores ideológicos com responsabilidade na legitimação política e na motivação militar, através da arma, da enxada e do livro, tal como encontra-se patente na Bandeira Nacional de Moçambique.

5. Moçambique pós-independente: A criação do Sistema Nacional de Educação (SNE)

Com a proclamação da independência nacional e, por conseguinte, a adoção da Constituição da República em 1975, a educação tornou-se num dever e direito de todos os moçambicanos, estando sob domínio do Estado a criação das condições necessárias para que estes pudessem gozar de tal direito. Isso dá-se num período em que o então Governo de Moçambique dava início a um programa de construção da nação moçambicana, com uma orientação socialista. Foi com base nesse quadro político-ideológico que:

Um mês depois da proclamação da independência [...], o Presidente Samora Machel anunciava, entre outras medidas, a nacionalização da educação. A nacionalização da educação era uma medida [...] de impacto para o controlo das escolas e para a socialização da educação'.⁵⁸

Note-se que, o socialismo configurou-se nessa época como uma orientação político-ideológica que opunha-se:

[...] ao mesmo tempo ao individualismo e ao liberalismo económico (capitalismo) por sua recusa da propriedade privada dos meios de produção e da livre concorrência, enquanto a socialização visa a comunicação dos meios de produção e a distribuição igualitária dos meios de produção.⁵⁹

55 NAMUHOLOPA, Óscar M. F. A tentativa de construção do Socialismo em Moçambique: retrospectivas de um passado presente. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, v.5, n.2, p. 40-59, Ago./Dez., 2016.

56 Idem.

57 COSTA, Catarina Antunes. O Instituto Moçambicano e o Estado Social dentro da FRELIMO. 2018. Tese (Doutoramento em História) - Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2018.

58 MASSIMACULO, Albino. Políticas Educativas para a Educação Básica em Moçambique e a diversidade cultural: o caso de escolas do Município de Nampula. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Minho, Instituto de Educação, 2010.

59 NAMUHOLOPA, Óscar M. F. A tentativa de construção do Socialismo em Moçambique: retrospectivas de um

Em Moçambique, conforme revela Gómez⁶⁰, o socialismo consistiu: 1) no desenvolvimento de formas coletivas entre os camponeses, possibilitando assim a introdução de técnicas modernas de produção; 2) na concentração das populações em aldeias, abrindo possibilidades para um melhor atendimento às necessidades sociais: educação e saúde. Com efeito, “a educação foi concebida como instrumento fundamental para resgatar a dignidade do povo moçambicano, a sua cultura e ao mesmo tempo, dar sustentação ao projeto sociopolítico da FRELIMO”⁶¹.

Não obstante, Mazula refere que:

A intervenção da FRELIMO foi de natureza política, enquanto o Ministério da Educação e Cultura se concentrou mais na sua estruturação e na organização das Escolas. As intervenções procuravam corresponder à natureza da revolução, no sentido de processo. Havia consciência de planificar as ações de médio e longo prazo com conhecimento profundo da realidade, que se inserissem no projeto político global e ultrapassassem a dimensão do imediato. Porém, a prioridade foi responder aos desafios imediatos e mais gritantes⁶².

Foi nesse intuito, de dar resposta aos desafios impostos ao país nessa altura, que o governo da FRELIMO concebeu, em 1980, o Plano Prospetivo e Indicativo (PPI), um instrumento que previa a eliminação do subdesenvolvimento num prazo de 10 ano.

De acordo com o plano, “o subdesenvolvimento seria vencido [...] com base no poder da ciência, da arte e da técnica. Foi a partir desse credo que o governo, para além de promover a educação internamente, levou parte significativa dos seus filhos para aprimorarem os seus conhecimentos nesse domínio da ciência e da técnica junto dos países amigos.”⁶³.

Com efeito, foi na materialização do PPI que criou-se, em 1983, o Sistema Nacional de Educação (SNE) em Moçambique, através da Lei 4/83 de 23 de Março que, desde a sua concepção até aos dias actuais, apresenta cinco subsistemas, nomeadamente:

o Subsistema de Educação Geral (SSEG); de Educação de Adultos (SSEA); de Educação Técnico-Profissional (SETEP); de Formação de Professores (SSFP) e de Educação Superior (SSES). E estrutura-se em quatro níveis: Primário, Secundário, Médio e Superior⁶⁴.

passado presente. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, v.5, n.2, p. 40-59, Ago./Dez., 2016.

60 NAMUHOLOPA, Óscar M. F. A tentativa de construção do Socialismo em Moçambique: retrospectivas de um passado presente. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, v.5, n.2, p. 40-59, Ago./Dez., 2016.

61 MASSIMACULO, Albino. Políticas Educativas para a Educação Básica em Moçambique e a diversidade cultural: o caso de escolas do Município de Nampula. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Minho, Instituto de Educação, 2010.

62 Idem.

63 NAMUHOLOPA, Óscar M. F. A tentativa de construção do Socialismo em Moçambique: retrospectivas de um passado presente. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, v.5, n.2, p. 40-59, Ago./Dez., 2016.

64 MASSIMACULO, Albino. Políticas Educativas para a Educação Básica em Moçambique e a diversidade cultural: o caso de escolas do Município de Nampula. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Minho,

Não obstante, Massimaculo⁶⁵ dá a entender que, com as mudanças socioeconómicas e políticas que o país conheceu ao longo dos primeiros quinze anos da sua independência, o SNE experimentou reformas que, de certa forma, produziram alterações significativas quanto ao seu conteúdo e estrutura. Todavia, os seus fundamentos não deixaram de ter como base as experiências da educação a partir dos tempos de luta armada, bem como a defesa da “escolaridade dos operários, camponeses e dos seus filhos em todos os níveis de ensino ministrados no país”⁶⁶, ou seja, do direito a educação a todos os estratos sociais do país. É por essa razão que, até aos dias atuais, o Governo moçambicano tem olhado para a educação primária, que consiste nos primeiros 7 anos de escolaridade, como uma das prioridades básica do sector de educação.

Este posicionamento, é consubstanciado por Moçambique⁶⁷ que refere que, no contexto da Política Nacional de Educação, o ensino primário é colocado no topo da agenda e o Estado concebe para este nível os seguintes objectivos:

Proporcionar uma formação básica nas áreas de Comunicação, da Matemática, das Ciências Naturais e Sociais e da Educação Física, Estética e Cultural;

- Encorajar a criança a observar e pensar, e desenvolver um sentido de crescente autonomia;
- Capacitar a criança a desenvolver valores e atitudes relevantes para a sociedade em que vive;
- Ajudar a criança a desenvolver plenamente as suas potencialidades;
- Desenvolver conhecimentos sobre a saúde e nutrição e a proteção do ambiente.

Contudo, nota-se que a educação em Moçambique, no período pós-independência, ao funcionar como um instrumento de unificação dos povos e, conseqüentemente, o garante do rompimento das barreiras impostas pelo sistema colonial português através do estabelecimento de novas formas de pensar e agir, tornava-se num veículo dos ideais e valores da ordem nacionalista, cujo propósito era de criar “uma ruptura política contra as teses da inferioridade africana tão difundidas pelo colonialismo”⁶⁸ e “denunciar o preconceito racial contido nas teses”⁶⁹ colonialistas eurocêtricas.

Instituto de Educação, 2010.

65 Idem.

66 Ibidem.

67 Ibidem.

68 PAREDES, Marçal de M. A construção da identidade nacional moçambicana na pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Anos 90*, v. 21, n.40, p. 131-161, dez 2014.

69 Idem.

6. Considerações finais

A história de educação em Moçambique demonstra que os seus propósitos sempre estiveram ancorados aos propósitos político-ideológicos que marcaram o percurso do país. Note-se que, nos períodos “colonial” e “pós-independência” os movimentos de afirmação racial caracterizados por relações de exclusão e inclusão entre o negro (africano) e branco (europeu) estiveram bastante patentes nas formulações de políticas. Com efeito, assiste-se no período colonial a restrição dos direitos de cidadania aos negros, facto que levou Gasperini⁷⁰ a afirmar que, o sistema escolar colonial constitui uma possibilidade formativa só para uma mínima parte da população [assimilados e brancos].

Em contrapartida, o ensino no Moçambique pós-independente centrou-se mais na valorização dos povos nativos e a consciencialização destes sobre os pecados do colonialista português (personificado na imagem do branco). Contudo, depreende-se que a educação, tanto no período colonial quanto na pós-independência, serviu de instrumento de mobilização da noção racial, a favor do projeto político-ideológico dos governos.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. *Análise Social*, xxviii(123-124), 1117-1136, 1993.

BOMFIM, Edcarlos R. O colonialismo português em Moçambique segundo Eduardo Mondlane. *IV Congresso Internacional sobre culturas. Memória e Sensibilidade: Cenários da Experiência Cultural Contemporânea*, Cachoeira – Bahia – Brasil, 21, 22 e 23 nov/2018.

CAMBINDA, Jorge Artur Avelino. Nacionalismo e Nação em Moçambique. 2014 Monografia (Bacharelato em Humanidade) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2014.

COSTA, Catarina Antunes. O Instituto Moçambicano e o Estado Social dentro da FRELIMO. 2018. Tese (Doutoramento em História) - Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2018.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, v.24, n.26, 193-210, 2002.

GASPERINI, Lavinia. *Moçambique: educação e desenvolvimento rural*. Roma: Edizioni

70 GASPERINI, Lavinia. *Moçambique: educação e desenvolvimento rural*. Roma: Edizioni Lovoro/Isco, 1989.

Lovoro/Isco,1989.

GÓMEZ, Miguel Buendia. *Educação moçambicana: História de um Processo (1960-1984)*. Maputo: Livraria Universitária,1999.

MARGARIDO, Alfredo. *Negritude e humanismo*. 1ª ed. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1964.

MASSIMACULO, Albino. Políticas Educativas param a Educação Básica em Moçambique e a diversidade cultural: o caso de escolas do Município de Nampula. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Minho, Instituto de Educação, 2010.

MINEDH. *Revisão de Políticas Educacionais de Moçambique*. Maputo: MINEDH/UNESCO, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Pan-Africanismo, Negritude e Teatro Experimental do Negro. *ILHA*, v.18, n.1, p.107-120, 2016.

NAMUHOLOPA, Óscar M. F. A tentativa de construção do Socialismo em Moçambique: retrospectivas de um passado presente. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, v.5, n.2, p. 40-59, Ago./Dez., 2016.

NEGRÃO, Sofia de Meneses S. M. A questão da “raça” no discurso anticolonial da FRELIMO (1962-1975). 2020. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2020.

OLORUNTIMEHIN, B. Olatunji. A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935. In: UNESCO; MEC; UFSCar. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

QUIMUENHE, Ancha. História da educação moçambicana no século xx: lei 4/83 e 6/92 do sistema nacional de educação. *RCE*, v.3, 2018. Disponível em <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/52>. Acesso em 18 de Abril de 2021.

PAREDES, Marçal de M.. A construção da identidade nacional moçambicana na pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Anos 90*, v. 21, n.40, p. 131-161, dez 2014.

PIMENTA, Fernando Tavares. A ideologia do Estado Novo, a guerra colonial e a descolonização

em África. In Nunes, João P. Avelãs; Freire, Américo (Coord.) *Historiografias portuguesa e Brasileira do Século XX: Olhares cruzados*. Portugal: POMBALINHA. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/38578/1/A%20ideologia%20do%20Estado%20Novo%20a%20guerra%20colonial%20e%20a%20descolonizacao%20em%20Africa.pdf>. Acesso em 13 de Abril de 2021.

SILVA, António E. Duarte. *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa (C. 1914 – 1974)*. Portugal: Imprensa de História Contemporânea, 2018.

SOUSA, Fernando. *O nacionalismo africano no caminho para a democracia: a transição do poder colonial para o partido único nos PALOP*. Lisboa: Cesa, 2013.

SUBUHANA, Carlos. *Moçambique: Reflexão sobre a questão do nacionalismo e da cidadania*. 2004. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/281465152_Mocambique_Reflexao_sobre_a_questao_do_nacionalismo_e_da_cidadania. Acesso em 23 de Abril de 2021.

ZIMBICO, Octavio Jose. História, política e educação: o novo modelo de escolarização primária em Moçambique. *Educação*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 67-76, jan.-abr. 2019.